



Anais da Assembléia

D.A. 018

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zambuso - Cleiton Crisóstomo - Dierval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Caritório - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Celso Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Delfio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Angelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1998
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edno Guimarães e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Carlos Simões, César Seleme, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, Júlio Ando, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço e Valdir Rossoni (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Annibelli, Albanor Gomes, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cezar Silvestri, Duilio Genari, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, José Tavares, Luiz Accorsi, Marquinhos Alves, Remy Bernatto, Sérgio Spada e Valmor Trentini (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 055/98, que autoriza o Poder Executivo a proceder a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT-PR.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 55/98, relativo à Mensagem nº 009/98, de autoria de Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a utilização das dependências do Salão Nobre desta Casa de Leis, no dia 29.04.98, às 17:00 horas, para lançamento e tarde de autógrafos do livro "O Massacre da Serra Pitanga", de autoria do Professor Arthur Bathelme.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A referida obra narra a colonização do Vale do Ivaí, enfatizando a saga dos colonizadores belgas e franceses, relatando confrontos com os índios que habitavam a região e episódios que envolveram a chamada República Velha, anterior a histórica Revolução de Trinta.

Esta obra foi editada nos serviços gráficos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com apresentação realizada pelo Deputado Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Abib, pelo falecimento da Senhora IDALINA ORMENZE ABIB, ocorrido no dia 26 de fevereiro, e do Senhor François Abib, ocorrido no dia 09 de março do ano em curso.

À família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade derrame sobre seus familiares fé, força e alento neste momento de dor e consternação.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) TOPI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Vereador JOAQUIM CARLOS DA SILVA, ocorrido na primeira hora do sábado passado, dia 21.03.98.

O ilustre Vereador ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Mandaguáçu.

Requer, outrossim, sejam enviadas correspondências à Senhora Iraci Ataíde da Silva, viúva do falecido, ao Senhor João Pinelli, tio do falecido, para a Rua Geraldo Del Grossi, 164, em Mandaguáçu, bem como à Câmara Municipal de Mandaguáçu, manifestando o voto de pesar desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER inserção nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, votos de louvor aos funcionários, diretores e programadores da "Rádio Educativa" pela brilhante programação que têm mantido na referida emissora.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A "Rádio Educativa FM" tem realizado um grande serviço à sociedade paranaense e brasileira, na medida que mantém uma programação de excelente, divulgando e defendendo a produção cultural nacional.

Esse sucesso é resultado do empenho de todos os trabalhadores que programando, apresentando, limpando o prédio ou operando equipamentos fazem da "Rádio Educativa" aquilo que todos conhecemos.

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná, alusivos ao "Dia Internacional do Meteorologista", comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor do SIMEPAR, Senhor Eduardo Alvin Leite, através de correspondência a ser encaminhada ao Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná - Jardim das Américas, CEP 81531-990, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Pinhais - PR, alusivos ao 6º aniversário do município, comemorado no último dia 20 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador João de Souza,

através de correspondência a ser encaminhada à Av. Camilo Di Lelis, 476, CEP 83323-000, Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Pinhais - PR, alusivos ao 6º aniversário do município, comemorado no último dia 20 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Siegfried "Zico" Böving, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Deputado João Leopoldo Jacomel, 10809, Vila Palmital, CEP 83320-000, Pinhais - PR.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando:

1. Que o valor a ser reajustado do salário mínimo seja condizente com a realidade, pois o índice divulgado de 8,33% fica muito aquém das necessidades dos trabalhadores.
2. Que o índice do reajuste concedido seja o mesmo entre os trabalhadores da ativa e os aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) DOUTOR ROSTINA

REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Desembargador Henrique Lenz César, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando o envio de uma proposta de Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 572/96, visando criar uma segunda vara

para o foro da Comarca de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 23.03.98..

(a) AMIRAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do presente é de requerer envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Henrique Lenz César, solicitando que seja enviado a esta Assembleia Legislativa proposta de emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 572/96, criando uma segunda vara para o foro da Comarca de Bandeirantes, que passará a contar com dois juizes titulares, um para a vara cível e outro para a vara criminal, com os naturais benefícios daí decorrentes.

Estamos anexando Certidões do Cartório do Cível, Comércio e Anexo, do Cartório do Crime, Júri e Execuções penais e do Juizado Especial e Criminal, para demonstrar o grande volume de trabalho ali realizado, e entendemos que a criação de uma segunda vara na comarca irá proporcionar um melhor e efetivo andamento dos serviços judiciários.

Esta reivindicação foi feita à esta Presidência em comitiva constituída pelos Senhores: Deputado Estadual Herman Brandão; Deputado Federal Abelardo Lupion; Doutor Edgard Albuquerque, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná; Prefeito Municipal de Bandeirantes, Lino Martins; Doutor Ricardo Augusto Macedo, Juiz de Direito de Bandeirantes; e pelos Senhores Advogados Dinarte Bittencourt; Ivonei Stores; José Carlos Pereira; José Carlos Dias Neto; João Carlos Stores; Reginaldo Bittencourt e Valdir Bittencourt, legítimos representantes da comunidade do Município de Bandeirantes e da sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor GIOVANI GIONEDIS, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando cópia de inteiro teor dos convênios assinados entre esta Secretaria e as Instituições de Ensino da Capital (dois convênios) e as Instituições de Ensino do

Interior, cujos extratos foram publicados no D. O. n° 5204, de 6 de março de 1998, páginas 13 e 14.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 056/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Artesões - AMARA, com sede e foro na Município de Atalaia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) IORONDI PUGLIESI

Apoiamento: Nelson Justus e Luiz Carlos Alborghetti.

PROJETO DE LEI N° 057/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde III, IV e arredores, com sede e foro no Município de Santa Tereza do Oeste.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde III, IV e Arredores tem prestado relevantes serviços para a comunidade dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde e região, pois, como está definido em seu estatuto, a finalidade da entidade é de congregar os moradores do conjunto, apoiando suas legítimas aspirações e estimulando o espírito de solidariedade e comunitário entre os moradores.

E como a Associação tem tido sucesso com os objetivos de sua criação, esperamos contar com o apoio dos no-

bres pares para a aprovação do referido Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 059/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica acrescentado ao inciso IV - GRUPO D, do art. 1°, da Lei n° 11.110, de 13 de outubro de 1992, que alterou o art. 23 da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o número 2 com a seguinte redação:

"IV - GRUPO D: Alíquota de 7% (sete por cento) para:

- 1 - tijolo, telha, tubo e manilha, que na sua fabricação tenha sido utilizado como matéria-prima argila ou barro;
- 2 - argila, barro e areia."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) AMIRAL KHURY

PROJETO DE LEI N° 060/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Pentecostal Povo Unido, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98..

(a) AMIRAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Evangélica Pentecostal Povo Unido tem por objetivo cultuar a Deus em Casas de Culto, Casas de Oração, Templos Religiosos, Igrejas Evangélicas, Congregações, com a única finalidade de pregar os Santos Evangelhos de Nosso Senhor Jesus Cristo, Estudos da Bíblia e prática de beneficência.

E como a Igreja Evangélica tem tido sucesso com os objetivos de sua criação, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do referido Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 061/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a enquadrar os funcionários públicos civis detentores do cargo Técnico, Classe III e II nas funções de nível universitário do Quadro Geral do Estado, na forma que segue:

- I. Se portadores de certificado de especialização emitido por ou através de órgão/unidade de capacitação e/ou treinamento governamental, com duração mínima de 500 horas, ou curso de pós graduação inclusive na modalidade especialização e nos termos da legislação universitária, serão enquadrados na Classe I, referência de valor imediatamente superior a ora ocupada, a partir da qual avançarão uma referência por cada dois anos de efetivo exercício em Cargo Técnico.
- II. Na Classe II, na mesma referência ora ocupada a partir da qual avançarão uma referência por cada dois anos de efetivo exercício, os funcionários ocupantes de Cargo Técnico e a dez anos no Cargo e na Classe III.
- III. Na Classe I, na mesma referência, os funcionários ocupantes de Cargo Técnico e a dez anos no Cargo e na Classe I, a partir da qual avançarão uma referência por cada dois anos de efetivo exercício.

Art. 2º - Os servidores técnicos que não preencherem os requisitos estipulados nos artigos anteriores, avançarão uma referência por cada dois anos de exercício a contar do ano da última promoção.

Parágrafo Único - Os servidores que estiverem na Classe I e Referência II, receberão até cinco novas referências, sendo uma cada dois anos no Cargo.

Art. 3º - Em função da titulação que possuírem os ocupantes de Cargos Técnicos, Classes I, II e III, nas funções de nível universitário, perceberão mensalmente gratificação de incentivo, sobre o vencimento básico de sua classe/nível salarial, conforme abaixo especificado:

- I. 15% (quinze por cento) quando portadores de título de especialização

com duração mínima de 360 horas, conferido por Instituição de Ensino Superior reconhecida ou por Instituição de Treinamento governamental.

- II. 30% (trinta por cento) quando portadores de título de mestre.

- III. 50% (cinquenta por cento) quando portadores de título de doutor.

Parágrafo Único - A gratificação de incentivo exclui-se do limite máximo de remuneração de servidores civil ou militar de que trata a Lei nº 11.075/95, para fins do Artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 4º - Os demais servidores de outras classes e que não se enquadram no disposto desta lei serão enquadrados na classe imediatamente superior e promovidos com referência a cada dois anos de efetivo exercício.

§ 1º - Caso já tenham atingido a referência I de sua respectiva Classe, serão promovidos para a classe e referência imediatamente superior, exceto em caso em que não cumprirem os requisitos para o Cargo e Classe superior, e receberão uma referência por cada dois anos de exercício no cargo.

§ 2º - Caso o servidor tenha atingido a referência II da respectiva Classe e Cargo a que pertence, será promovido em até cinco novas referências, sendo uma para cada dois anos de efetivo exercício.

Art. 5º - Fica incorporada aos vencimentos dos cargos de Técnico, Classes III, II e I a verba de representação concedida pela Lei nº 11.714/97.

Art. 6º - A comprovação dos requisitos de que tratam os artigos anteriores, será feita perante o Grupo de Recursos Humanos da Pasta de exercício ou lotação do servidor.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar da mesma data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Através de comprovados estudos e detalhadas análises técnicas, várias distorções salariais foram constatadas

junto à carreira Técnica de Nível Superior do Estado e mesmo dos servidores de outras classes. Ao mesmo tempo em que alguns servidores do Quadro Técnico, qualificados conforme exigências do Poder Executivo Estadual, permanecem ainda, enquadrados em início de carreira, e que vêm sendo prejudicados ao longo do tempo quando da ocorrência de promoções, ascensões e enquadramentos, servidores outros com os mesmos requisitos ou até, sem nenhum dos requisitos exigidos, atingiram final de carreira técnica, caracterizando, sobremaneira, diferenças alarmantes dos critérios utilizados ao reenquadramento dos funcionários estaduais que preenchem aqueles requisitos fundamentais para obtenção do mérito, ou seja, contam com efetivo tempo de serviço e exigida qualificação profissional.

Então, considerando-se experiência e qualificação, requisitos esses imprescindíveis para avanço e progressão nas carreiras funcionais, caracteriza-se como questão de mérito e justiça o Projeto de Lei apresentado, pois corrigirá sérias distorções e desvios funcionais, injustas ocorrências do Executivo Estadual.

A Gratificação de Incentivo, a exemplo do efeito dinâmico e motivador que tem surtido junto ao Magistério Superior Estadual, resulta uma maior qualidade dos serviços prestados à sociedade. Este é o motivo, aliado à isonomia de mérito num mesmo nível de trabalho, que justifica a sua atribuição aos funcionários técnicos e, por isso, proposição do Projeto de Lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 062/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É concedido título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao músico, cantor e compositor do gênero tradicionalista gaúcho - ADELAR BERTUSSI, titular do conjunto "Os Bertussi", por haver o mesmo, em cinco décadas de atividades artísticas, se destacado em todo o País, notadamente na Região Sul e em nosso Estado, que recebeu milhares de migrantes gaúchos, e com eles os costumes, que estão intimamente ligados com o artista do

povo ADELAR BERTUSSI, o qual foi e continua sendo um elo que irmana gaúchos e paranaenses na construção de um pujante Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A proposição em conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao músico acordeonista, cantor e compositor ADELAR BERTUSSI, do gênero tradicionalista gaúcho, titular do conjunto "Os Bertussi", entendemos ser uma maneira de homenageá-lo, em reconhecimento pelo que tem contribuído em seus 50 anos de vida artística, junto à população do nosso Estado, notadamente nas regiões Sul, Sudoeste e Oeste, cuja colonização em grande parte foi feita por migrantes gaúchos.

Ao migrarem para o Paraná, os gaúchos trouxeram em suas bagagens, além de esperança de melhores condições de vida e vontade de lutar, os seus costumes, tradições e um estilo musical que aos poucos foi ganhando espaço e hoje irmana gaúchos e paranaenses, na música, nas tradições gaúchas, nos rodeios, nas festas, nos CTG's (Centro de Tradições Gaúchas), pois na maioria dos municípios paranaenses existe pelo menos um CTG, com participação de famílias, onde todos se divertem na mais perfeita harmonia, na forma de culto às tradições.

Neste contexto todo, está engajado o artista do povo, acordeonista, cantor e compositor ADELAR BERTUSSI, natural de São Francisco de Paula - RS, filho de músico, o qual iniciou sua carreira artística na década de 40, formando dupla com seu irmão de saudosa memória "HONEYDE BERTUSSI", denominada "IRMÃOS BERTUSSI", que gravou vários discos, iniciando propriamente dita a divulgação da música tradicionalista gaúcha no Brasil e na América do Sul.

ADELAR BERTUSSI, que desde o início de sua carreira percorre o Paraná, há dez anos reside em Curitiba, no Bairro Vila Hauer, e daqui viaja com seu conjunto musical para várias regiões do País, conhece todos os municípios e vilas do Paraná, pois há anos vem se apresentando em bailes,

shows, festas, rádios, CTG's e em emissoras de rádios e televisão, alegrando o povo com sua música característica e que por um dom que o Criador lhe deu, leva alegria, descontração e com isso tem contribuído enormemente para a integração dos gaúchos e paranaenses na música, na cultura, nas tradições e porque não dizer, no grau de desenvolvimento econômico alcançado pelos dois Estados.

"CURRICULUM VITAE"

ADELAR BERTUSSI, nascido em 15.12.33, em São Francisco de Paula - RS, filho de Fioravante Bertussi e Juvelina Medeiros de Siqueira.

Seu pai foi músico, maestro da Banda de Criúva, localidade de São Francisco de Paula, de 1918 a 1928.

Adelar, com 07 anos de idade, sob comando do pai, iniciou na música, bem como seu irmão Honeyde Bertussi. Sendo que Adelar iniciou tocando cavaquinho, gaita ponto e pandeiro.

A música envolveu Adelar Bertussi desde pequeno, no final da década de 40, já formando dupla com o irmão Honeyde Bertussi, denominada os "IRMÃOS BERTUSSI", deram início a uma brilhante carreira de cantores, compositores e acordeonistas, por algumas décadas, gravando muitos LP's, sendo precursores propriamente dito da divulgação da música regionalista gaúcha.

Adelar, preocupado em aperfeiçoar seus dotes musicais, após cursar a Escola Técnica do Comércio de Caxias do Sul, estudou música com os renomados professores, Waldomiro Torres do Valle e Eleonardo Caffi, na Academia Mascarenhas - RJ, Conservatório Musical Som Maior - Curitiba, formou-se em Teoria Musical, Solfejo e Acordeon.

Após desfazer a dupla com o irmão Honeyde Bertussi, já falecido, formou dupla com Itajaíba Matana, denominada "OS COBRAS DO TECLADO", com vários discos gravados.

Nos últimos anos, comanda o conjunto musical denominado "OS BERTUSSI", também com várias gravações, mantendo a mesma aceitação perante o público, pela autenticidade que é a marca característica do denominado artista.

Na sua longa e brilhante trajetória artística, Adelar Bertussi, em seus aproximadamente 50 discos, gravados, com seus vários parceiros, gravou nas seguintes gravadoras: Copacabana, RCA Victor, Continental, F-Tell do Brasil, RGE, ACTI e outras.

Realizou mais de 4 mil apresentações, bailes, shows, no Brasil e no exterior.

Gravou quase 500 musicais, teve programas nas rádios: Rádio Meirink Veiga-RJ (1955), Rádio e TV Tupy-RJ (1956), Rádio Esmeralda de Vacaria-RS (66/67), Rádio Difusora de Porto Alegre-RS (1970), Rádio Caxias do Sul-RS (1982) e Rádio Clube Paranaense, Curitiba-PR (87/88)."

PROJETO DE LEI Nº 063/98

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É obrigatório a realização de provas para diagnóstico precoce de fibrose cística em todas as crianças nascidas nas Maternidades e Casas Hospitalares, mantidas pelo Estado do Paraná.

§ 1º - O teste deverá ser realizado junto ao teste do pezinho (Lei nº 8.267 - de 09 de dezembro de 1987).

§ 2º - Aplica-se o disposto deste artigo às Maternidades e Casas Hospitalares particulares subvencionadas pelo Estado ou credenciadas ou SUS.

Art. 2º - Em caso de teste positivo, fica a Secretaria de Estado da Saúde obrigada a fornecer enzimas e pumozyme aos pacientes carentes.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Saúde deverá manter sempre estoque de medicação suficiente, com vistas a garantir o tratamento permanente dos pacientes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) CÉSAR SELME

JUSTIFICATIVA:

Com a necessidade de definir e implantar metodologia adequada ao Programa Estadual de Diagnóstico e Fibrose Cística, visando a redução da mor-

talidade e morbidade por esta doença no Estado do Paraná.

A Fibrose Cística (FC) ou Mucoviscosidade é a doença hereditária letal mais freqüente na infância em populações caucasóides. É uma patologia complexa, crônica, grave e que envolve diversos sistemas orgânicos. É caracterizada principalmente por infecções e obstrução crônica do aparelho respiratório, insuficiência pancreática exócrina e suas consequências nutricionais, além de elevados níveis de eletrólitos no suor.

Ela ocorre principalmente em indivíduos descendentes de europeus ocidentais e centrais, com incidência estimada em um caso para 2.500 caucasóides nascidos vivos.

No Brasil, País com grande contingente caucasóide e altas taxas de miscigenação entre caucasóides e negróides, esperava-se que a doença fosse bastante conhecida, pesquisada e relatada. Ao contrário, poucos são os casos diagnosticados e a incidência assim como a própria doença são bastante desconhecidas em nosso meio.

O diagnóstico no período neonatal associado a correta terapêutica podem aumentar a sobrevida de 10 anos para até 40 anos de idade. Os objetivos primários do tratamento da FC são controlar a infecção, promover a eliminação do muco e recuperar o estado nutricional. Também são importantes os aspectos preventivos da doença pulmonar e os fatores psicossociais. Deve-se impor uma disciplina a longo prazo para o paciente e sua família, exigidos pela doença e seu tratamento.

Logo após o diagnóstico, muitos pacientes iniciam um programa de tratamento que inclui: drenagem postural com percussão do tórax, antibióticos, se indicados, e um regime nutricional com utilização de enzimas pancreáticas e vitaminas lipossolúveis.

Mucolíticos, expectorantes e antitussígenos têm sido utilizados para melhorar os sintomas respiratórios.

Quanto aos aspectos nutricionais, aproximadamente 90% dos pacientes com FC requerem suplementação com enzimas pancreáticas.

Com essas ações obteremos:

- diminuição da idade de diagnóstico;
- iniciação do tratamento entre o 1º e 3º mês de vida;

- melhorar a qualidade de vida do paciente;
- evitar mortes e danos irreversíveis ao paciente;
- diminuir consideravelmente o custo do tratamento (com a diminuição das internações, menos medicamentos, e uma vida mais produtiva do paciente);
- consequentemente maior sobrevida.

Diante deste quadro, e devido a natureza heterogênea de nossa população, abre-se agora uma oportunidade única para compreendermos a prevalência e as bases moleculares da doença Fibrose Cística na população de Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 064/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lidianópolis - PR e foro no Município de Ivaiporã - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lidianópolis - PR, é uma entidade civil de caráter filantrópico que tem por finalidade a assistência à saúde e à educação dos excepcionais, proporcionando de forma gradativa a sua reintegração na sociedade.

Consta entre suas atividades assistência médica e alimentar aos excepcionais, programas de desenvolvimento de suas aptidões e, ainda, programas permanentes de prevenção das formas de deficiências.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada a este segmento da comunidade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidades de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna hoje, para relatar o que ocorreu de extraordinário ontem, em Fazenda Rio Grande, município da Região Metropolitana de Curitiba.

Parece que quem vive naquele município são cidadãos esquecidos dos governantes, principalmente municipais. Ao longo da história do município - que é uma história bastante curta - aquela população tem sido vítima das administrações. Seja na área da saúde, educação ou transportes, são totalmente esquecidos, os serviços insuficientes, ineficazes e de péssima qualidade são oferecidos àquela população.

Na data de ontem, o povo de Fazenda Rio Grande fez um ato público pedindo a integração interna dos ônibus. O que é isso? Hoje, para vir para Curitiba, o cidadão tem que pagar uma passagem até o terminal rodoviário daquela cidade, daquele município e posteriormente pagar ainda passagem para Curitiba, quando a maioria dos ônibus da Região Metropolitana já têm esta integração. Então a população foi reivindicar esta integração.

Esta reivindicação não é nova, ela já é mais antiga. No final do ano passado, quando a URBS aumentou a passagem, estivemos junto com o povo, numa manifestação contrária. E já naquele momento, tivemos uma audiência com a URBS, quando foi informado que a integração, lá dentro do município, seria de responsabilidade do Senhor Prefeito. E o Prefeito, Celso Rocha, até agora fez ouvidos moucos ao pedido do povo de Fazenda Rio Grande, no que diz respeito à integração do transporte coletivo. Até que, na data de ontem, fazem uma manifestação - cerca de 3.000 pessoas - pacífica - eu estava presente, acompanhei todo o tempo - em total tranquilidade.

Quando estava em frente à Prefeitura, em total desrespeito ao povo, é chamada a Tropa de Choque da Polícia Militar, que chega em alta velocidade, com capacetes, escudos, bombas de gás lacrimogêneo, lançadores de bombas de

efeitos morais. Tudo isso de medo do povo, que não estava fazendo nada, a não ser pacificamente reivindicar.

Eu estava presente como Deputado, o Padre daquele município, considerados autoridades. É lamentável que uma administração pública como a do Senhor Celso Rocha, quando se esperava que fosse atender o povo, receber - não na data de ontem, que era domingo, mas em uma outra data subsequente - chama a Tropa através de seus assessores.

A impressão que se tem é que a Polícia não tem mais nada para fazer, quando sabemos que naquele município o povo é assaltado na rua à mão armada, as casas que ficam sozinhas são arrombadas e assaltadas. No entanto, quando o povo vai para a rua, sobra policiais para proteger aquilo que não estava ameaçado naquele momento, que era o patrimônio, porque nunca foi ameaçado na Fazenda Rio Grande.

Entendemos que aquele chamamento da Polícia Militar, não era para proteger patrimônio nenhum, mas sim para amedrontar a população, amedrontar aqueles cidadãos pacatos que estavam ali reivindicando os seus direitos. Foi única e exclusivamente para oprimir. É o uso do Estado para fazer opressão. Perguntei ao Tenente que comandava, quem era o responsável por enviar a Tropa. Ele disse que foi solicitação dos assessores do Senhor Prefeito.

Se o Prefeito se cerca com esse tipo de assessores, com a qualidade dos assessores que conheci lá, imagino qual é a qualidade da administração. Porque aqueles assessores que vi acompanhando o ato ontem, são totalmente irresponsáveis.

Portanto, quem tem aquele tipo de assessoria, provavelmente também age com a mesma responsabilidade dos assessores. Ou seja, irresponsavelmente.

O SENHOR PRESIDENTE (Amibal Khury) -
Consulto o Horário das Lideranças.

PPB. PTB. PDT. PFL. PT. PMDB.
PSM. PSDB. PL. Liderança do Governo.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Justus e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/98, de autoria da Comissão Executiva, que fica aprovado o Relatório

da Comissão Especial que investigou notícias veiculadas contra os Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o anexo Relatório Final encaminhado à Comissão Executiva pela Comissão Especial que investigou notícias veiculadas na imprensa paranaense contra os Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio.

Parágrafo Único - Cumpridas as formalidades e exigências regimentais, o presente Relatório Final será arquivado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",
em 11 de março de 1998.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO ESPECIAL

R E L A T Ó R I O

ATIVIDADES

O Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, em 09 de dezembro de 1997, aprovou Requerimento subscrito por vários Senhores Deputados, para a designação de uma Comissão Especial, pelo Senhor Presidente, composta de cinco membros, para averiguar denúncias veiculadas na imprensa contra os Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio.

Na forma permitida pelo art. 62 da Constituição Estadual, combinado com o art. 34, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, foi constituída a Comissão Especial, integrada pelos Senhores Deputados HORÁCIO RODRIGUES, CÉSAR SELEME, JOSÉ TAVARES, EDUARDO TREVISAN e RICARDO CHAB, sob a presidência do primeiro, que indicou para relator o Senhor Deputado José Tavares.

A Comissão Especial foi instalada em 19 de dezembro de 1997 e, de imediato, deliberou que seriam ouvidas as pessoas citadas nas reportagens publicadas, além de outras que pudessem informar sobre os fatos.

Em 23 de dezembro, a Comissão Especial deslocou-se à Cidade de Faxinal, onde, em reunião levada a efeito na Câmara Municipal, ouviu o depoimento do Senhor Vereador Arildo Ferreira de Castro, secretário da Comissão Especial criada pela Câmara Municipal de Faxinal para averiguação dos mesmos fatos e do Senhor Osvaldo Ferreira de Castro, presidente do Sindicato Rural de Faxinal.

Em continuação à investigação, no dia 30 de dezembro, foram ouvidos pela Comissão, em reunião realizada na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa, os Senhores Genivaldo Cavallini e Isaias Boaventura da Silva.

Posteriormente, em 07 de janeiro de 1998, na mesma Sala das Comissões, foi ouvido o Senhor José Luiz Navarro, representante legal da empresa Depósito Navarro de Material para Construções Ltda.

Encerrando os trabalhos no que concerne a depoimentos, foram ouvidos, em 14 de janeiro, o Senhor Deputado Miltinho Puppio e, em 16 de janeiro o Senhor Deputado Hermas Brandão.

Este é um histórico sucinto das atividades da Comissão Especial, que também juntou e pesquisou a documentação relativa ao caso.

HISTÓRICO

Necessário esclarecer que a Comissão Especial foi criada e constituída tendo em vista denúncias veiculadas pela imprensa, que envolviam o nome dos Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio, denúncias estas que surgiram nas investigações ocorridas quando do processamento de uma ação civil pública, autos nº 344/97, proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná contra Dirceu Dutra Guerra e Depósito Navarro de Material para Construções Ltda., que

tramita perante o juízo de Direito da Comarca de Faxinal, neste Estado.

Ao exame desta ação civil pública, verifica-se que o Município de Faxinal, por seu ex-Prefeito, Dirceu Dutra Guerra, firmou com a Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Paraná - CODAPAR, que é pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, um convênio denominado "Termo de Ajuste", isto em 20 de dezembro de 1996, que tinha como objetivo o repasse da verba no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), verba esta oriunda do Programa de Apoio à Pequena Propriedade - PAPP, destinada especificamente a "apoiar a reforma das instalações do Parque de Exposições do Município, propiciando condições técnicas e físicas para a ampliação e melhoria da produção agropecuária", conforme cláusula primeira do aludido "Ajuste".

Logo após a assinatura do convênio, em 23 de dezembro de 1996, o Município fez licitação pública, na modalidade de "carta convite", que foi vencida pela empresa Depósito Navarro de Materiais de Construções Ltda., com a qual celebrou "Contrato Particular de Prestação de Serviços", em 30 de dezembro, e que tinha como objeto, "Reparo dos Alamedados, Reforma das Porteiras, Barracões e Escritórios"; "Reforma do Alamedado do Palco e da Arena"; "Reforma das Mangueiras, Recinto de Leilão, Barracas e Banheiros"; e "Reformas das Instalações Elétricas e Hidráulicas com Serviços Complementares", pelo valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), à vista, com prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão das obras. O pagamento destas obras foi realizado no mesmo dia, ou seja, em 30 de dezembro de 1996.

No início de 1997, em fevereiro, o Presidente do Sindicato Rural de Faxinal, Senhor Osvaldo Ferreira de Castro, que é o proprietário do imóvel onde se localiza o "Parque de Exposições", por razões, ao que tudo indica, políticas, impediu a continuidade das obras iniciadas e solicitou a Promotoria de Justiça da Comarca de Faxinal, que fosse apurado a quem e a que era

destinada a verba repassada, documento este que deu origem ao inquérito civil público, autos nº 003/97, instaurado em 17 de março de 1977 e que hoje embasa a ação civil pública mencionada.

O Ministério Público tem como pretensões, entre outras, nesta ação civil pública, a declaração de nulidade da licitação realizada, com a consequente condenação do ex-prefeito Dirceu Dutra Guerra no ressarcimento dos danos, ou seja, devolução da verba de R\$ 60.000,00, a suspensão de seus direitos políticos, por ato de improbidade administrativa, eis que teria havido irregularidade no processo licitatório feito na modalidade de "carta convite", que estaria a ferir dispositivos da Lei nº 8.666/93 e o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Haveria, ainda, prejuízo ao erário público, por culpa do ex-prefeito Dirceu Dutra Guerra, que teria frustrado a licitude do processo licitatório e facilitado o enriquecimento ilícito do vencedor da concorrência, Depósito Navarro de Material para Construções Ltda., outro requerido na ação, atentado, desta forma, contra os princípios da administração pública.

O primeiro requerido na ação civil pública, ex-Prefeito Dirceu Dutra Guerra, ofertou contestação, onde afirma a legalidade e a licitude da concorrência para aquelas obras, eis que, conforme a "Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná", nº 120, pág. 217, ficou estabelecido, para obras e serviços de engenharia, com validade a partir de 16 de dezembro de 1966, a modalidade "carta convite", até o montante de R\$ 149.781,33 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos), valor, portanto, superior ao da licitação impugnada, que foi de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Por sua vez, o segundo requerido na ação civil pública, Depósito Navarro de Material para Construções Ltda., também ofereceu contestação, alegando que realizou parte das obras contratadas e só não as concluiu porque foi impedido pelo presidente do Sindicato

Rural, proprietário do imóvel onde se localiza o "Parque de Exposições", que proibiu a entrada de seus operários em suas dependências, conforme comunicação que fez à Prefeitura Municipal de Faxinal e que juntou aos autos.

Durante a tramitação da ação civil pública, foi determinado pelo Juízo de Direito da Comarca de Faxinal, o rastreamento dos cheques emitidos pela empresa Depósito Navarro de Material para Construções Ltda., onde se constatou que a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foi depositada em conta corrente de Maria A. N. Bergossi, no Banco do Brasil, agência de Faxinal, e que foram emitidos, por esta, os cheques nºs 465798 e 465799, no valor, cada um, de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), ambos a favor de Genivaldo Cavalini e o cheque nº 465800, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a favor de Valdelice Moraes.

Os dois cheques emitidos a favor de Genivaldo Cavalini foram depositados, um, o de nº 465799, na conta corrente de Agropecuária Rio Branco, que tem como sócio o Senhor Deputado Mil-tinho Puppio, na Caixa Econômica de Jandaia do Sul, e o outro, o de nº 465800, emitido a favor de Valdelice Moraes, foi depositado na conta de Dirceu Dutra Guerra, no Banco Itaú S/A.

No que se refere à emissão e depósito dos cheques mencionados, não há qualquer manifestação por parte dos requeridos na ação civil pública, porque estes fatos foram trazidos aos autos após as suas contestações e estes não foram ainda, intimados da juntada destes documentos.

Tendo como princípio as publicações dos jornais e os dados constantes da ação civil pública proposta pelo Ministério Público, a Comissão Especial passou a investigar, ouvindo pessoas e reunindo documentos, para que, de forma isenta, pudessem esclarecer em definitivo os fatos, abstraída dos aspectos políticos que envolvem a questão.

Neste trabalho investigatório, ouviu-se o depoimento do Vereador com

assento na Câmara Municipal de Faxinal, ARILDO FERREIRA DE CASTRO, que foi o secretário da Comissão Especial de Investigação daquela edilidade, que relatou ter conhecimento dos fatos relativos ao convênio firmado entre a CODAPAR e a Prefeitura Municipal de Faxinal para a reforma do Parque de Exposições, de propriedade do Sindicato Rural e que tal reforma não se concretizou, tendo sido realizada apenas uma pintura para disfarçar, razão porque o Presidente do Sindicato Rural, Osvaldo Ferreira de Castro, determinou às pessoas que lá estavam trabalhando que parassem. Que foi usada uma planilha antiga de obras do Parque de Exposições, feito ao tempo do então Presidente Fábio Guerra para se obter verba e que tal documento não poderia mais ser utilizado. Que fizeram o rastreamento dos cheques que foram depositados nas contas dos Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio e que pelos documentos existentes houve a necessidade da ouvida, naquela CEI, de outras pessoas, como o empreiteiro da obra ou ex-prefeito Dirceu Dutra Guerra, a não ser do "caseiro" do Parque de Exposições, do presidente atual, Osvaldo Ferreira de Castro e do ex-presidente Fábio Guerra do Sindicato Rural e reconhece que não foi dado o direito de defesa a nenhum dos acusados.

Na mesma reunião, realizada na Câmara Municipal de Faxinal, em 23 de dezembro de 1997, prestou depoimento o Senhor OSVALDO FERREIRA DE CASTRO, que é presidente do Sindicato rural e vice-prefeito do Município de Cruzmaltina e relatou que não tinha conhecimento das obras que deveriam ser realizadas no Parque de Exposições e que os trabalhos lá feitos alcançaram o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Que levou o caso ao conhecimento da Promotoria de Justiça porque não lhe foram dadas maiores explicações sobre a verba destinada ao Parque de Exposições. Que não conhece as atividades empresariais dos Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio, tendo com eles conhecimento superficial, restrito a área política.

Na segunda reunião ordinária, realizada em 30 de dezembro de 1997, a Comissão ouviu o Senhor GENIVALDO CAVALINI, que recebeu os cheques nomi-

nais à sua pessoa, emitidos por Maria A. N. Bergossi, e os depositou nas contas bancárias da empresa Agropecuária Rio Branco, de propriedade do Deputado Miltinho Puppio e do Deputado Hermas Brandão. Relatou ele que é empregado de confiança da família Puppio há vários anos e que efetivamente recebeu de José Luiz Navarro a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), os depositou nas contas bancárias da empresa Agropecuária Rio Branco e do Deputado Hermas Brandão, conforme instruções que recebera do Deputado Miltinho Puppio. Que houve uma compra e venda de terras entre um membro da família Puppio e José Luiz Navarro e que este devia aquela importância recebida. Que o valor depositado a favor do Deputado Hermas Brandão refere-se a uma compra de gado feita pelo Deputado Miltinho Puppio e que estes negócios são comuns entre ambos.

Nesta reunião também foi ouvido o Senhor ISAIAS BOAVENTURA DA SILVA, convidado a depor porque era proprietário do caminhão Mercedes Benz, placas AAS-1657 e fez transporte de parte do gado transacionado entre os Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio. Declarou que trabalhou durante anos no transporte de bovinos e que seguidamente fazia este trabalho para os Deputados citados, e que efetivamente transportou parte dos animais negociados e constantes da nota fiscal do produtor anexa por fotocópia à correspondência enviada pelo Senhor Deputado Hermas Brandão ao Senhor Senador Roberto Requião.

Posteriormente, em 07 de janeiro corrente, a Comissão ouviu o Senhor JOSÉ LUIZ NAVARRO, representante legal da empresa Depósito de Materiais para Construções Ltda., empreiteiro da obra, que afirmou que não concluiu as reformas do Parque de Exposições porque foi impedido pelo presidente do Sindicato Rural que proibiu a entrada dos operários. Declarou, no que tange a emissão de cheques de sua irmã, Maria A. N. Bergossi, a favor do Senhor Genivaldo Cavallini, que devia a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao Senhor José Aírton Puppio, irmão do Senhor Deputado Miltinho Puppio, relativa a parte de pagamento da compra de uma área de terras no Estado

do Mato Grosso. Que os cheques forma emitidos por sua irmã porque a sua conta corrente estava encerrada, face a problemas financeiros na época. Finalizou dizendo que está disposto a completar a obra ou a devolver o número recebido.

Deliberou a Comissão então, ouvir o Senhor Deputado MILTINHO PUPPIO, que em reunião realizada em 14 de janeiro, declarou que as notícias sobre desvio de verba veiculadas pela imprensa não são verdadeiras e sim fruto da já instalada guerra política face as eleições gerais deste ano. Que tomou conhecimento dos fatos através da leitura da ação civil pública que tramita na Comarca de Faxinal e que nada tem a ver com o que ali está narrado. Esclarece, com relação aos cheques recebidos por funcionário de sua família, Senhor Genivaldo Cavallini, no valor cada um de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que refere-se ao pagamento de uma transação de terras havida entre o Senhor José Luiz Navarro e o seu irmão José Aírton Puppio, no Estado do Mato Grosso, ocorrida em 30 de março de 1996. Que, por orientação sua, o Senhor Genivaldo Cavallini depositou um dos cheques na conta-corrente do Senhor Deputado Hermas Brandão, na Caixa Econômica, porque lhe devia esta importância relativa a um negócio de compra de bovinos e que estes negócios são comuns e frequentes entre aquele Deputado e membros de sua família. Informa, que tem notícia que houve, por parte da empreiteira, a devolução do valor da verba à Prefeitura Municipal de Faxinal.

Por fim, a Comissão convidou o Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO a prestar depoimento e este, em 19 de janeiro último declarou que foi firmado um convênio entre a CODAPAR e a Prefeitura Municipal de Faxinal que tinha como objetivo reformas no Parque de Exposições daquela cidade. Que este convênio obedeceu todas as formalidades legais e foi repassada a verba de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e que a partir daí competia à Prefeitura Municipal os atos próprios da licitação. Que a Prefeitura Municipal tinha prazo até o dia 31 de dezembro de 1997 para a conclusão da obra e que, já no dia 02 de janeiro de 1998, determinou uma

vistoria no Parque de Exposições, através do Núcleo da SEAB em Ivaiporã e notificou a Prefeitura Municipal para o término da obra ou a devolução da verba recebida. Que, no que tange ao cheque no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), depositado em sua conta-corrente na Caixa Econômica de Andaraí pelo Senhor Genivaldo Cavallini, refere-se a venda de sessenta e duas vacas ao Deputado Miltinho Puppio, conforme nota fiscal e documentos que requereu fossem juntados. Que negocia intensamente com aquele Deputado e também com outros membros da família Puppio.

PARECER

A preocupação fundamental desta Comissão Especial foi buscar a verdade, porque está em jogo a imagem dos integrantes do Poder Legislativo, a sua seriedade e credibilidade.

Sentimos a necessidade da apuração total das denúncias e procuramos, de todas as maneiras, no menor prazo possível, esclarecer com isenção de ânimos, os fatos para chegar a uma conclusão ética e justa.

No exame e pesquisa da documentação acostada, resta esclarecido que o convênio firmado entre a CODAPAR e a Prefeitura Municipal de Faxinal, substanciado no "Termo de Ajuste" celebrado em 20 de dezembro de 1996, obedeceu as normas vigentes e que o repasse da verba foi corretamente realizado, competindo, daí em diante, ao município os atos próprios para a contratação da obra.

Eventuais irregularidades na licitação das obras de reforma do Parque de Exposições são objeto da ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, que tramita perante o Juízo de Direito da Comarca de Faxinal e que terá desfecho na esfera do Poder Judiciário.

No que concerne propriamente ao objetivo desta Comissão Especial, ou seja, a culpabilidade ou não dos Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio, restou claro que as denúncias foram infundadas e que efeti-

vamente não houve qualquer ilicitude na conduta destes Senhores Deputados.

Assim é que restou provado que o Senhor José Luiz Navarro, sócio da empresa Depósito Navarro de Materiais para Construção Ltda., adquiriu do Senhor José Ailton Puppio, irmão do Senhor Deputado Miltinho Puppio, uma área de terras situada no Município de Diamantino, no Estado do Mato Grosso, através do "contrato de compromisso de compra e venda", lavrado em 30 de março de 1996, pelo preço de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), em parcelas e que em 30 de dezembro de 1996, efetuou o pagamento da segunda parcela, vencida em 30 de novembro, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), emitidos por sua irmã, Maria A. N. Bergossi, a favor de Genivaldo Cavalini, empregado da família Puppio.

Restou também provado, que o Senhor Deputado Hermas Brandão, vendeu ao Senhor Deputado Miltinho Puppio, sessenta e duas cabeças de gado (vacas), pelo preço de R\$ 15.750,00 (quinze mil, setecentos e cinquenta reais) e que em 30 de dezembro de 1996, o Senhor Genivaldo Cavalini, por ordem do Senhor Deputado Miltinho Puppio, depositou um dos cheques de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em sua conta-corrente da Caixa Econômica, agência de Andirá e que os negócios pecuários entre os dois Senhores Deputados é regular e intenso.

Os fatos acima mencionados vêm robustamente provados por notas fiscais, balanços, escrituras públicas de declarações, depoimentos prestados perante a Comissão, além de outros documentos, que não deixam dúvidas sobre a inculpabilidade dos Senhores Deputados.

A corroborar toda a prova que foi produzida, a Prefeitura Municipal de Faxinal encaminhou a esta Comissão Especial, a informação, acompanhada de documentos, que a empresa Depósito Navarro de Materiais para Construção Ltda., uma vez notificada para concluir a obra ou ressarcir o município na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), valor da verba destinada às obras no Parque de Exposições, fez o ressarcimento, depositando aquele

valor em conta-corrente da Prefeitura Municipal, no Banco do Estado do Paraná S/A, agência de Faxinal.

Assim, não restam dúvidas que as denúncias veiculadas eram infundadas, não refletindo a verdade, e que foram distribuídas à imprensa por pessoas com interesses políticos opostos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.01.98.

(aa) HORÁCIO RODRIGUES - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha, para encaminhar a votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou encaminhar a votação, não em nome pessoal, mas em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Estamos votando um Relatório da Comissão Especial, que foi criado nesta Casa para estudar e dar parecer à respeito das denúncias formuladas pela Câmara Municipal de Faxinal e pela Promotoria Pública daquele Município de Faxinal.

Na ocasião em que veio a público as denúncias contra o Deputado e então Secretário Hermas Brandão e o Deputado Miltinho Puppio, a nossa Bancada encaminhou pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito, não atingindo os objetivos dos dezoito nomes para instalar essa CPI.

Tomamos a iniciativa de, em nome da Bancada, entrar, fazer uma representação no Ministério Público, assinado pelos quatro Parlamentares: eu, Deputado Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Péricles de Mello, pedindo para que o Ministério Público fizesse a investigação. Porque entendemos, das denúncias relevantes como são, só é possível apurar através da CPI com quebra de sigilo bancário. Impossível no nosso entendimento, que uma Comissão Especial, por mais vontade que ela tenha, de apurar e chegar às conclu-

sões, ela não terá todos os instrumentos necessários para fazer a investigação.

Nesta Comissão Especial, a nossa Bancada, que tomei conhecimento e a Bancada do PMDB também, não indicou nenhum dos seus membros. Portanto, uma Comissão feita única e exclusivamente com Deputados da Bancada Governista para apurar denúncias contra Secretarias pertencentes a esse Governo, portanto, é uma Comissão que levanta suspeitas no seu relatório! Paralelo a este período, quando se fazia os trabalhos dessa Comissão, solicitamos a Câmara Municipal de Faxinal um relatório final, que tenho em mãos, há a quebra de sigilo bancário, há todos os indícios das irregularidades acusadas no final do relatório da Comissão Especial chega a dizer que as obras não foram executadas. Tanto é que a empresa Navarro devolveu os sessenta mil reais à Prefeitura e talvez a Prefeitura devolva ao Governo do Estado.

Se há um desvio - vamos dizer assim: o uso indevido do dinheiro - a devolução desse dinheiro não corrige a irregularidade cometida. Se não bastava todos aqueles que são acusados de determinados crimes, devolver o fruto do roubo que cometeram e estaria resolvida a questão.

Levanta-se outras suspeitas: no mesmo período estive em Faxinal e de lá fui até Ivaiporã, onde tomamos conhecimento de que a verba que foi para Ivaiporã, para a reforma lá também dos parques de exposições, não houve a reforma, tanto é que a nossa Bancada entrou com outra representação junto ao Ministério Público, porque se repetiu em Ivaiporã o que ocorreu em Faxinal, o dinheiro chegou no próprio mês de novembro para ser feita a licitação, e para que no próprio mês de novembro fosse feita a exposição. Isso não foi levado à Comissão Especial, porque veio "a posteriori" a essa Comissão Especial.

Por isso dissemos que era necessário uma CPI. Não, não para se ater ao problema em uma única cidade, Faxinal ou Ivaiporã, mas sim para ir em busca de todos os convênios que foram assinados com esse teor. Saber se o Parque de Exposições foi reformado ou não nesses locais; se as verbas foram empregadas ou não. O "Vale do Ivaí" já torna público duas cidades: Faxinal e

Ivaiporã, sem nenhuma investigação. A nossa Bancada insiste ainda, na data de hoje votaremos contra e insistimos que, se quisermos passar a limpo e voltar a ter crédito nesse Parlamento, que se constitua uma Comissão Parlamentar de Inquérito - e já de antemão, com sigilo bancário quebrado - para poder saber se as verbas foram realmente aplicadas ou não foram.

Quando vamos analisar o de Faxinal, vimos que foi feito em Regime de Urgência o pedido da verba, a liberação da verba, a publicação no "Diário Oficial", o convênio, a licitação - se é que houve - e o pagamento para a empresa que jamais executou a reforma do Parque de Faxinal.

Por isso que deu uma nova representação dessa Bancada. Nós, do Partido dos Trabalhadores, fizemos - uma vez que nessa Casa não se permitiu a apuração - um recurso à Justiça e ao Ministério Público. Lá já tem duas representações do Partido dos Trabalhadores. E, se chegarem outros casos, iremos para a tribuna novamente e diremos quais são os municípios aprovados ou não nesse relatório. E faremos outras representações, se necessário. Se quisermos passar a limpo, será possível apenas através de uma CPI com a quebra do sigilo bancário, caso contrário não será clara para todos os Parlamentares a questão de irregularidade ou não na liberação dessas verbas.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Para Encaminhar)
- Senhor Presidente, vou encaminhar, posteriormente, em Explicações Pessoais, após a votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Essa é a posição do Partido dos Trabalhadores, votando contrário ao Relatório, reafirmando a posição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Antes de conceder a palavra, quero dizer ao Deputado Florisvaldo Fier, que esta Comissão, embora não tenha a participação da Oposição, não tem porque, a Oposição não quis participar. É uma Comissão que merece integralmente o apoio e o respeito desta Presidência.

Com a palavra o Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pala Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de me inscrever em "Explicações Pessoais", porque eu estava fazendo esclarecimentos à imprensa e não tive oportunidade de fazer uso do Horário da Liderança.

Muito obrigado.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Procuramos entender a posição do Senhor Deputado Florisvaldo Fier, a posição do Partido dos Trabalhadores.

Quero esclarecer que, em momento algum, vou deixar aqui - ou em qualquer lugar - qualquer sujeito duvidar da minha credibilidade.

Peço ao Deputado Florisvaldo Fier que abra a sua conta no BANESTADO, onde teremos provas de que esse Deputado pega dinheiro dos funcionários de seu gabinete. Isso sim, isso sim é "sem vergonhice". Esse negócio de dizer que não tem credibilidade, não tem credibilidade na "casa da sogra", comigo não termina de falar o cidadão que age desta forma. Se eu não estava aqui para aprovar ou não uma CPI, convocado que fui pelo Senhor Presidente, assumi essa Comissão e fizemos um trabalho sério! Fizemos o que foi possível fazer e espero que os Senhores Deputados usem as suas consciências e votem como bem entenderem, com a dignidade dos seus mandatos.

Agora, o que afirmei no começo, reafirmo: a minha conta está aberta, Senhor Presidente! Quero que o Deputado Rosinha abra a conta dele, para provar que ele se apossa de dinheiro de funcionários de gabinete!

Era o que tinha a dizer.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para Encaminhar.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pala Ordem) - Gostaria de saber se está em discussão a minha conta bancária?

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É sabido por todos os Senhores Parlamentares e paranaenses que acompanham esse episódio, que quando da proposta da formação desta Comissão Especial, a Bancada do PMDB decidiu votar contrariamente à formação dessa Comissão.

Posteriormente aprovada esta Comissão, a Bancada do PMDB, também por decisão unânime da Bancada, absteve-se de participar dos trabalhos desta Comissão. Não quero colocar em dúvida o trabalho que a Comissão desenvolveu ou deixou de desenvolver, mas quero dizer que como nós nos abstivemos de participar desta Comissão, no processo de votação do Relatório desta Comissão, a Bancada do PMDB também decidiu em reunião realizada no dia de hoje, abster-se da votação desta matéria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Solicito a palavra, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai considerar os votos como se fossem em branco. Abstenção não fica caracterizada no episódio.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Deputado Anibal Khury, da mesma forma nos abstivemos de discutir a questão na data de hoje, por não conhecer o Relatório e por não ter participado e não ter tido entendimento da questão. Abstenho-me também da votação em Plenário, referente à Resolução.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos o Projeto de Resolução da Comissão Executiva.

Os Senhores Deputados Hermas Brandão e Miltinho Puppio são considerados "Votos em Branco".

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Resolução da Mesa, conservem-se como estão.

Aprovado, com os votos em branco da Bancada do PMDB, votos contrários do PT e do Deputado José Maria Ferreira.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Plauto Miró e outros, que estabelece que em toda a vistoria realizada pelo INCRA, em território do Estado do Paraná, visando identificação de áreas para fins de reforma

agrária, haverá participação de um técnico da SEMA e uma da SEAB, e de um técnico do município onde ocorrer a vistoria. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvada a Emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

Emenda da C.C.J.: "O artigo é emendado. As famílias a serem assentadas nas áreas desapropriadas, deverão constar de relação elaborada pelos municípios, de acordo com o Estatuto da Terra, devidamente cadastrada e selecionada pelo Estado e pelo INCRA".

Toda e qualquer ação de recadastramento...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, qual o projeto que estamos analisando?

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o penúltimo projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Votação contrária da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Aprovada a Emenda, com restrições da Bancada do PT.**

O projeto irá à 3ª Discussão.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Esportistas do Jardim Alvorada de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 744/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro nesta Capi-

tal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 742/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães e pais do Conjunto Aquiles Stenghel - AMPAS, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores Pôr-do-Sol, com sede e foro no Município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 9.271 de maio de 1990. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Guarapua-va - AOADAG, no Município de Guarapua-va. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 311, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 231, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - A
Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

10 (dez) Senhores Deputados aprovam.

18 (dezoito) Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimentos nº 299 a 303 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 308 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 263 de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Esse Requerimento - eu diria que burocrático, porque pretende obter informações que deveriam ser públicas no Paraná, mas como o Governo tem manipulado os balanços do FDE, e certamente a Constituição está sendo descumprida - ele é uma medida saneadora para que possamos identificar o que está acontecendo com o dinheiro público no Paraná, especialmente dos "royalties" que são transferidos pela União, a título de compensação das

áreas que foram alagadas no nosso Estado.

E, principalmente, Excelência e Senhores Deputados, pela falta de critério na aplicação desse dinheiro, até porque ele tem uma destinação específica que é o investimento.

Então, obviamente o Requerimento pretende esclarecer de forma detalhada o que está acontecendo com o dinheiro público.

Por isso peço o apoio a esse Requerimento, Excelência.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requer verificação de votação.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

10 (dez) Senhores Deputados aprovam o Requerimento.

Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento queiram levantar-se.

20 (vinte) Senhores Deputados rejeitam o Requerimento.

Requerimento rejeitado.

Requerimento nº 296, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. À C.C.J., para apreciar.

Com a sua discussão adiada, a Mesa entende que o Requerimento independe de votação e vai encaminhar a representação à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos nº 309 e 310, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 317 e 318, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 321, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 322, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 324, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 312 a 314 e 326, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 295, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SENHOR PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valdir Rossoni, inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, quero esclarecer alguns fatos que vieram em alguns jornais e em alguns meios de comunicação, do Estado do Paraná.

Gostaria também de ter a atenção da imprensa paranaense para as questões que aqui vou colocar.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Eu, Deputado Rossoni, estou sendo caluniado pelo Senador Roberto Requião, fazendo uso de declarações feitas na Câmara de Porto Barreiro, onde um Senhor Secretário foi fazer esclarecimentos de eventuais denúncias, lá feitas, contra o Prefeito. Este Secretário, ao prestar os esclarecimentos às pessoas que lá estavam, fez insinuações ao meu nome. Segundo o que tenho hoje em mãos, é que o Secretário, no momento de esclarecimento sobre denúncias feitas pela Oposição, tentou, de todas as formas, prestar os esclarecimentos e envolveu o nome deste Parlamentar e hoje este Secretário está afastado da Prefeitura por esta atitude.

Mas quero também - e gostaria de ter aqui a atenção do Deputado Nereu Moura - dizer que isto está acontecendo desde o início do mandato do atual Prefeito José Clote. O Prefeito José Clote virou a Prefeitura de Porto Barreiro, que não tem mais condições de administrar a Prefeitura, porque lá se tornou uma indústria de denúncias contra o atual Prefeito.

Mas fizeram três Vereadores e mais o vice-Prefeito de Porto Barreiro, fazendo uso de uma fita nos esclarecimentos do então Secretário - hoje afastado devido a esta atitude - ir falar sem saber o que estava falando, colocou-me em uma situação de calúnia, o qual estou usando a minha Assessoria Jurídica para tomar as providências cabíveis. Mas, infelizmente, o Senador Requião, fazendo uso dessas calúnias, vem em cima desta questão denunciar este Deputado. Denunciar que Deputado estava recebendo propina de Prefeitos, para fazer atendimento a eles.

Quero dizer aos senhores o seguinte: represento no Governo do Estado, 25 Prefeituras, com Prefeitos e vou trazê-los todos aqui para que cada um preste esclarecimento se, em algum momento, este Deputado exigiu propina para liberar recursos para as Prefeituras.

Alega aqui, o Senador, em uma denúncia que ele faz na "Gazeta de Cascavel", que eu estaria recebendo dois mil reais, por mês, através de uma empresa da minha propriedade, para prestar atendimento à Prefeitura de Porto Barreiro.

Tenho aqui, Senhores Deputados - e quero deixar bem claro isso, porque é algo muito melindroso - a Certidão da Junta Comercial, onde fala dos então sócios e donos desta empresa que eles dizem - estou recebendo recursos. Agora, queria deixar aqui claro, que estou aqui com um documento mais importante do que tudo, porque fazer a calúnia é muito fácil, prová-la é muito difícil, e "depois que se espalha a pena, é difícil catá-la".

Preocupe-me, naturalmente, porque tenho muitas pessoas que trabalham comigo, no meu gabinete e na minha empresa particular. Preocupe-me e por um momento pensei: "será que alguém do meu gabinete não está usando desse artifício para fazer cobranças?" Desde quinta-feira não fiz outra coisa a não

ser procurar esclarecer os fatos. Quero deixar esta questão bem clara para a imprensa: a empresa aqui citada tem dois sócios. Um eu conheço, o outro não. Um presta serviços para mim, para a "Compensados Rossoni", faz a intermediação dos meus negócios, porque sou exportador de compensados e não tenho tempo para manter contato com meus representantes, e este cidadão - que é meu amigo - presta serviços à "Compensados Rossoni".

Mas, vamos dizer que este cidadão estivesse prestando serviços a este Deputado, como sendo um eventual "cabeça-de-ferro". Quero dizer aos senhores que tenho uma Certidão do Prefeito de Porto Barreiro, que diz que esta empresa não está recebendo nenhum centavo da Prefeitura de Porto Barreiro. Está aqui o documento.

Então, digo aos senhores e ao Deputado Nereu Moura, que as pessoas que fizeram e usaram a fita de uma colocação mal feita do Secretário e a levaram à televisão de Cascavel, estão colocando em dúvida a honestidade do trabalho que estou fazendo com 25 Prefeituras, com 25 Prefeitos! Isto é de uma gravidade à toda prova! E digo o seguinte: me orgulho do trabalho que estou fazendo para o Município de Porto Barreiro, porque este município - recém-criado - não tinha Posto de Saúde, não tinha escolas, precisava de atendimento, e coloquei-me à disposição porque lá participei da campanha eleitoral contra um candidato, por ser Líder do PDT, levei o meu apoio.

Mas, gostaria de dizer que este cidadão que dizem estar cobrando da Prefeitura de Porto Barreiro, e que não está cobrando porque está aqui a Certidão, prestou serviços a vários Deputados aqui. Não na área comercial, como prestou para mim, mas em outras áreas, porque ele é um prestador de serviços. Ele prestou serviços a muitos Deputados, para tirar carteira de piloto de barco. Ele é um rapaz que trabalha à noite, dando aulas às pessoas que querem ter o certificado. Vejo aqui o Deputado Beto Richa sinalizando com a cabeça, confirmando que ele presta este tipo de serviço. Se você compra um barco, ele te coloca toda a documentação do barco, de moto, de jet-ski. Ele presta serviços nestas questões.

Então, quero dizer aos senhores, com as Certidões aqui em mãos, com o mais importante, que é a Certidão do Prefeito, dizendo que não está pagando a esta empresa nenhum centavo. É mais uma prova, porque poderia este cidadão estar sendo usado como "testa-de-ferro" deste Deputado.

Agora, deixo claro também, que este cidadão que conheço, presta serviços à minha empresa. Ainda neste final de semana estivemos na feira, juntos, falando com os representantes comerciais que me representam na Inglaterra, na Holanda, na Irlanda e na Alemanha. Preciso de uma pessoa que faça este trabalho. Se tenho algum problema no Porto de Paranaguá, como está acontecendo, tenha que ter uma pessoa que faça este trabalho de Porto, como é o Porto de Paranaguá, o Porto de São Francisco.

Estou vendo que esta Casa caminha, neste momento de ano eleitoral, para um caminho extremamente difícil, porque ninguém está tendo cuidado de, antes de fazer denúncias, investigar a veracidade dos fatos. Semana passada foi o Deputado Durval Amaral, esta semana o Deputado Rossoni. Amanhã poderá ser um dos senhores.

Acredito que a seriedade da postura dos Senhores Parlamentares nesta Casa, é muito importante neste momento. Tinha aqui um pronunciamento extremamente pesado para ser feito hoje, mas aconselhado por amigos, companheiros, que me pediram que não entrasse no mesmo campo da denúncia fácil, apesar de ter provas e documentos. Quero me certificar da veracidade, ter certeza, não uma vez, mas três vezes, para que eu não cometa a mesma injustiça que estão cometendo comigo hoje.

Quero dizer aos senhores que foi o pior final de semana da minha vida. Tive que ir em busca de documentos para provar a minha inocência, quando quem tinha que provar que eu era uma pessoa que estava cometendo irregularidades, era quem estava denunciando.

E vejam como é interessante! Ora, meus amigos, vamos trabalhar com a realidade, vamos falar com a realidade. Jamais eu faria isso, Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência acha que se por um eventualidade este Deputado quisesse receber propina de Deputado, eu iria usar um amigo meu, ou se não, deixar documentos para provar isso?

Seria o maior imbecil da face da terra, e jamais teria coragem de enfrentar os senhores e colocar esta minha posição. Agora, isso me preocupa, me deixa arrasado a posição do Senador Requião, de que qualquer pedra que lhe entregarem na mão, ele apedreja quem quer que seja. E diz no jornal - é claro que o objetivo é atingir o Governador Jaime Lerner, porque seria ridículo o Líder do Governo estar usando deste artifício para cobrar dos Senhores Prefeitos!

Senhor Presidente, o Deputado Nereu Moura pede um aparte - acho que até seria importante ouvirmos. Estou nas "Explicações Pessoais", gostaria de dar o aparte, se Vossa Excelência permitir.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode conceder o Aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - Obrigado, Senhor Presidente.

Mas antes que o Deputado Nereu Moura tenha a palavra, gostar de acrescentar: quando tivemos, Deputado Nereu Moura, o problema de Salto Caxias, tive aqui um tratamento decente e correto com Vossa Excelência. Claro que com posição dura e contrária à sua posição, mas eu poderia ter usado dos mesmos artifícios, se fosse leviano. Como vieram aqui, querer fazer alusões quanto ao seu procedimento, com relação àquelas pessoas. Não fiz e não farei, porque não tenho certeza absoluta.

Por isso queria ter a atitude de grandeza de Vossa Excelência - apesar de ser companheiros seus, que Vossa Excelência deve o apoio político - mas que tivéssemos a seriedade!

Quando você vai numa Câmara de Vereadores e ouve um Secretário - com todas as suas limitações - é claro que um Secretário de um município como Porto Barreiro, com 4, 5 mil pessoas - é claro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que este Secretário não tem o preparo que temos - ou que os senhores têm - para vir num momento difícil, que é explicar a série de calúnias e de denúncias que foram feitas quanto ao atual Prefeito de Porto Barreiro. O Prefeito de Porto Barreiro, uma pessoa honesta, correta, e por não ter talvez condições naquele momento,

manda o irmão, e o irmão vai lá e fala um bando de besteira, prova disto que está lá hoje, Deputado Nereu Moura, uma briga do Prefeito com o irmão dele, com o tio dele, e com o primo dele, que é o vice-Prefeito.

Estamos sim, transformando - ao invés de transformarmos Porto Barreiro numa terra de trabalho, de progresso - estamos dando a nossa contribuição para transformar aquela terra numa terra de guerra e de brigas entre famílias. Devemos dar a nossa contribuição, e que a verdade seja dita e escrita, e seja buscada, e gostaria que fosse buscada também por Vossa Excelência.

O Sr. Nereu Moura - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Valdir Rossoni, escuto o seu pronunciamento e quero dizer o seguinte: chequei em Cascavel na sexta-feira e me surpreendi ao tomar conhecimento, através da imprensa, das denúncias contra Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência, como vamos fazer um diálogo: Vossa Excelência tem conhecimento desta briga que existe hoje em Porto Barreiro, entre duas facções?

O Sr. Nereu Moura - Existe a pendência política em Porto Barreiro. E quero dizer o seguinte: o Tribunal de Contas do Paraná fez uma auditoria na Prefeitura de Porto Barreiro e constatou trinta e nove erros técnicos, administrativos, e até que se prove ao contrário, de má fé na administração do município. E, entre um dos fatos, havia licitação de uma empresa para prestar assessoria que estava recebendo dois mil reais por mês.

Ninguém sabia de quem era a empresa, tinha entre as três empresas que participaram do processo licitatório, uma de São Paulo e duas de Curitiba. Ficou a suspeita, de quem era essa empresa que estaria cobrando da Prefeitura dois mil reais por mês? Os Vereadores - e quem fez, Deputado Valdir Rossoni, a denúncia no Tribunal de Contas, foi o vice-Prefeito de Porto Barreiro juntamente com dois Vereadores eleitos juntos com o Prefeito, inclusive não são meus companheiros

políticos. Fizeram a denúncia, e o irmão do Prefeito - que na verdade é quem dá a orientação no município - Secretário da Administração, foi na Câmara Municipal e disse o que o Senador Requião fez não foi, nada mais nada menos do que colocar no ar a denúncia feita pelo irmão do Prefeito, que disse lá na Câmara - inclusive tem Ata da Câmara de Vereadores - disse o seguinte: "os dois mil reais são pagos ao Deputado Valdir Rossoni para fazer a intermediação de verbas do Estado para o município."

Agora veja, Deputado Valdir, não fui eu, não foi nenhum companheiro meu que fez a denúncia, foi o vice-Prefeito e dois Vereadores eleitos junto com o Prefeito. E o Senador Requião colocou lá em Cascavel e na imprensa, um fato que já era do conhecimento público na verdade, que foi afirmação do seu companheiro, do irmão do Prefeito, que gravou, está gravado em fita, está escrito na Ata.

Quero dizer a Vossa Excelência que em momento algum fiz referência a esse episódio em imprensa, em qualquer lugar, muito embora dele tivesse conhecimento desde quando o Tribunal de Contas fez a auditoria lá em Porto Barreiro. Não fizemos - só concluindo, Deputado - não fizemos, por quê? Acreditamos que Vossa Excelência é um Deputado sério e tem contribuído com o Paraná, com o Governo aqui nesta Assembleia. E, em momento algum ficamos na verdade, tomando conhecimento da notícia, da repercussão do fato, quando chegamos em Cascavel.

E, para concluir, queria dizer o seguinte: com relação a Usina de Salto Caxias, pois eu gostaria que as denúncias a meu respeito viessem. Tenho tranquilidade absoluta de ter participado daquele processo junto com o Deputado Irineu Colombo, de ter assinado as Atas, um processo absolutamente transparente. Gostaria que elas viessem para discutirmos, para poder estabelecer o contraditório.

Eram essas as informações que gostaria de passar a Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero dizer a Vossa Excelência que, quanto a esta questão do pagamento ou não, tenho aqui a Certidão do próprio Prefeito dizendo - e olhando agora aqui - o Prefeito diz: do ano de 1998, não está

pagando. Então, quer dizer que a minha "vaca de leite de ouro", segundo suposições, estaria seca.

Falei com o Prefeito pela manhã, mediante às denúncias, é importante investigar e poder encontrar um fato. A Prefeitura de Porto Barreiro tem uma empresa, que não tenho o nome ainda, mas amanhã poderei fornecer o seu nome, que presta assessoria e no momento está cobrando para a questão da contabilidade da Prefeitura, porque o Prefeito de Porto Barreiro encontrou muitas dificuldades para tocar a Prefeitura, porque lá não há pessoas em condições de fazer este trabalho especializado. Se alguém for à Prefeitura de Porto Barreiro amanhã, encontrará uma única empresa que presta assessoria técnica na questão da contabilidade. É importante salientar isso.

O importante de todo este fato, é que está aqui a Certidão - nem dessa famosa empresa e nem daquela que está prestando hoje assessoria contábil à Prefeitura, sou sócio, dono ou parceiro. Estou aqui com a Certidão da Junta Comercial para deixar claro essa situação, perante esta Casa e aos Senhores Deputados.

É esta a minha "Explicação Pessoal". Não a fiz no Horário das Lideranças porque estava prestando esclarecimentos à imprensa. Mas agradeço aos ilustres Deputados que ficaram aqui, talvez, pela primeira vez, ouvindo as explicações, que hoje, sem sombra de dúvidas, deixo aqui nesta Casa e também tiro este peso que ficou em cima da minha responsabilidade, no final desta semana.

Eu torcia para que chegasse segunda-feira para pudesse esclarecer esta questão, porque uma das questões que mais prezo na minha vida, é a minha integridade moral. Este cuidado eu tenho, porque sei que sou um alvo muito grande para atingir o Governador Jaime Lerner. E não darei motivos para que isso aconteça.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Aníbal Kury) -
Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para "Explicações Pessoais".

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, quero saudar o Deputado Miltinho Puppio, que volta a esta Casa - graças a Deus - com perfeita saúde; meu irmão e amigo, o grande Secretário que marcou época neste Estado, Deputado Nelson Justus; e o Deputado Hermas Brandão, que retorna a esta Casa - jamais me passou pela cabeça que ele fosse jogar a sua família e o seu nome na sarjeta e no esgoto, por causa de quinze mil reais.

Quero parabenizar o pronunciamento do Deputado Horácio Rodrigues. Quem não tem o "rabo preso" tem que falar a verdade.

Quero parabenizar nesta tarde, em "Explicações Pessoais", a idéia brilhante da Deputado Irondi Pugliesi, que chegou a minha casa em Londrina e em Curitiba - sou um cigano, moro lá e aqui - e fez uma consulta a minha esposa, se votaria nela para ela ser a primeira mulher brasileira, do meu Estado, a ser Deputada Federal. Ganhaste um voto, parabéns pela idéia!

Saúdo todos os Senhores Parlamentares, saúdo o Deputado José Janene - que está neste Parlamento - meu particular amigo, e dizer que política, Deputado Valdir - nem sabia desta notícia, até discordei de Vossa Excelência, achei que Vossa Excelência não deveria nem vir à tribuna se preocupar com estas coisas, porque o ano político vai se aproximando e começa a guerra política!

Quando cheguei nesta Casa, aprendi muito com o Deputado Anibal Khury. A primeira aula que tive, foi como Vereador em Londrina, aprendi muito na Câmara Municipal. Aqui aprendi muito com o Deputado Anibal Khury, só assino papel desde que me apresentem uma ressonância magnética do papel e uma tomografia computadorizada... Aí assino o papel, caso contrário não assino. Assino sim, de alguns amigos que sei da idoneidade. E sei que este Parlamento é idóneo.

Agora, lembrando, Deputado Valdir - que estava nervoso aqui - na campanha do Martinez e do Senador Roberto Requião, houve um fato curioso no Paraná. Estava eu em Cascavel, na terra do meu querido irmão Edgar Bueno, desci no aeroporto e uma chuva enorme... e eu tinha que ir à praça pública! Fiz quase 8.000 votos em Cascavel, sem conseguir fazer o comício! Assim mesmo obtive aquela votação

monstruosa! Deputado Edgar saiu na cabeça e fui o segundo Deputado mais votado... Não tenho culpa se o povo de Cascavel me ama, como o povo do Paraná me adora, sabe que sou gente que trabalha! Não sou parasita e nem gigolô do dinheiro público!

Voltando, estava eu em Cascavel, peguei um avião do Deputado Janene. Na volta, chovia demais, e sugeri ao piloto que ficássemos em Cascavel - tenho medo de voar - e o piloto achou melhor ir, porque em Londrina está aberto o tempo. Menino de Deus, quando este avião subiu, avião novinho do Deputado José Janene, vi os anjos da guarda na porta do avião me chamando! Desmaiei, acordei, desmaiei, acordei, e aquelas pedras batendo no avião! Fiz uma oração, conversei com Deus, que é meu Pai, Cristo que é meu irmão e falei: "Estou na mão de vocês". E a chuva... Pois o piloto do Deputado Janene conseguiu me trazer, com vida, para Londrina.

Quando descemos em Londrina, dava para notar no avião novinho do Janene os rombos das pedras. O Deputado Janene não concordou com o seu piloto, ele não deveria ter arriscado a vida dele e nem as nossas vidas. Pois bem, neste ínterim, que era de madrugada, um cidadão que hoje já me pediu desculpas - veja bem, Deputado Rossoni, o que é política - desci no aeroporto, fui direto para o meu apartamento e dormi. No outro dia acordo pela manhã e sai uma manchete: "Deputado Alborghetti manda matar candidato do PMDB". Quase caí sentado! Meu Deus do céu! Mande matar! Inclusive estava junto e ajudou a atirar! Eu estava em Cascavel, Deputado Nelson! Na época em que, junto com o Senador José Eduardo eu estava fazendo um comício e o Gaúcho da Fronteira ia tocar, falei: "Vou aproveitar esta boca livre e vou no palanque, para ver se faturei uns votos lá". Aí falei: "Mas, meu Deus, quem é que mandei matar?" Era o Delegado Michalisen. Falei: "Mas nunca vi este homem na minha vida, não sei quem é!" Fizeram uma armação tão grande contra mim, que - naquela época, fiz oitenta e cinco mil votos - fiquei acusado de ter atirado no candidato.

O meu assessor, o Rubinho - o Janene está aí e sabe quem é - não mata nem uma barata, coitado! Não mata

nada! Não sou de matar ninguém! Aí, cheguei no hotel, fui visitar o Senador José Richa, que estava acamado no Hotel Bourbon - naquele dia estava com problema nas juntas - e eu falei: "Senador, veja bem, que barbaridade! Eu mandei matar um homem e nem sabia!"

Passou o tempo, ele colocou o carro baleado - foi baleado - filmaram ele dando entrevista no TRE: "Foi o Deputado Alborghetti que mandou me matar." Foi o Martinez, foi todo mundo! Aí pensei bem: "Será que vou na televisão dar uma satisfação? Não!" Simplesmente a Polícia Federal mandou tirar o carro da Rua XV. Passaram os tempos, ele me mandou uma carta pedindo perdão, se desculpando do porquê ele tinha feito aquilo, etc..., contando o que não podia contar. Guardei a carta, não falei absolutamente nada.

Aí aprendi o que é política, Deputado Nelson Justus. Veja bem, Vossa Excelência fez um grande trabalho como Secretário da Indústria e do Comércio. O senhor causou inveja! O senhor causou um monte de problemas! Por exemplo, o caso do Deputado Durval Amaral, se ele pegou um dinheiro no Banco ou se ele pagou. Problema dele, está pago. Se o Pessuti pagou, está pago. Que vocês continuem suas caminhadas.

Acho que esse Parlamento tem que se preservar, é um Parlamento sério, é um Parlamento idôneo.

Deputado Valdir, se ele falou isso contra Vossa Excelência e Vossa Excelência não deve, Vossa Excelência jamais, Deputado Valdir, ia cobrar dois mil reais! Isso não existe, Deputado Valdir! Não existe isso! O senhor acha que o Deputado Hermas Brandão ia roubar quinze mil reais e ia colocar na conta dele, Deputado Nelson? Só se ele for burro!

Ora, isso é burrice! Idiotice! Não acredito que uma pessoa vá jogar... Por exemplo, tenho um amigo que é Vereador em Sertãoópolis, Silvinho Hoffmann, que foi acusado que tinha montado um esquema para sequestrar o Nando, irmão do Neco Garcia, lembra? Mas não é possível! O Silvinho vai jogar a indústria de camisas, vai jogar na lama o seu mandato, para sequestrar o Nando! Foi provado que tudo era mentira. Foi uma armação, para que ele não saísse candidato a Prefeito.

Só queria dizer ao Deputado Valdir, que siga o teu caminho, cuide da

Liderança do nosso Governo, a eleição vem aí, deixa o Senador Roberto Requião sair candidato, deixa o Álvaro, o Ângelo Vanhoni sair candidato a Governador. Deixa o Álvaro Dias; o meu guru seria o candidato a Governador, seria imbatível esse homem, porque é um exemplo.

Recebi um dossiê sobre o Deputado Luiz Claudio Romanelli. Dou uma olhada e jogo no lixo. A guerra é de ambas as partes, de ambos os lados. Este Parlamento é sério. Política é isso, é a arte do "canalha". Previnam-se. Previnam-se. Se os senhores não devem, não temam! Aprendi uma coisa com o Deputado Anibal Khury, que é meu padrinho - batizou meu filho - para eu assinar um papel, primeiro terão que trazer a ressonância magnética do papel e a tomografia computadorizada. Caso contrário, não assino.

Gostaria de dizer mais uma coisa: estou feliz nesta tarde com esse Parlamento. Foi aprovado uma lei aqui, o Deputado Florisvaldo Fier entrou com um projeto que teve o meu apoio e de todos os senhores. Estava um onda aqui no Paraná, de internar a mulher e dizer que ela é louca, quando o casal brigava, mas esse Parlamento aprovou uma lei que acaba com isso. Tenho um filho que é problema, pois ele tem um sopro no cérebro, tem disritmia cerebral. Seis meses meu filho está bem, nos outros seis parece um mendigo. Essas coisas são valores morais, mas é a minha vida e falo de coração aberto, porque amo meu filho. Hoje ele está aí do meu lado, está bem.

Por causa desta lei que este Parlamento aprovou, estou conseguindo salvar a vida do meu filho e outras pessoas que estão sendo salvas, porque antes internava meu filho na marra, e ele ficava revoltado e não se tratava. Ele toma uma medicação tão forte para tirar esse sopro! São coisas que temos que passar! São "karmas" espirituais. O médico do meu filho falou que existe uma lei aprovada pelo Parlamento paranaense. Corri na Assembléia e procurei a lei. Ela foi aprovada por todos nós. Agora, para internar qualquer que seja a mulher, criança, jovem; por exemplo: esse menino aqui sentado na tribuna, se ele tiver algum problema e sou o pai dele e quero salvar a vida dele, não posso pegar ele e levar ao médico e dizer: "Doutor, esse menino aqui é

louco. Aplica uma dose de "Gardenal" nele e deixa ele dormindo".

Não pode mais fazer isso. Acabou. O Congresso do Paraná não permite. O que tenho que fazer? Tenho que levar ele para a psicóloga, para a psiquiatra. A psiquiatra tem quinze dias para analisar a vida dele, e se ela disser: "O seu filho tem um problema e precisa ser tratado". Qual o caminho a seguir? Tenho que ir ao Ministério Público.

Deputada Irondi, a senhora viu como é importante esta lei que aprovamos aqui? Tenho que ir ao Ministério Público. Então, para eu salvar o vida do meu filho, o que fiz: primeiro, fui a psiquiatra, ela fez análise da distúrbia cerebral. Tudo bem, fez o conteúdo. A minha advogada foi até o Ministério Público e aí ele falou: "Interne-se por trinta dias para avaliação".

Por causa de quê, Deputado Nelson?

Por causa da lei, Deputada Irondi, que aprovamos aqui!

Então, graças a esta lei, estou salvando o meu filho. Porque agora, o meu filho sabe que não sou eu, mas a psiquiatra e o Ministério Público que estão salvando a vida dele. É importante eu dizer isto nesta tarde, estou feliz pelas jovens que estão aqui, pelas mulheres. É bom que vocês saibam que de agora em diante, não existe mais nenhum marido, nenhuma mulher, Deputado Élio Rusch, nem a minha mulher pode chegar e dizer: "Olha, o Alborghetti está louco, tem que internar ele agora". E vão lá e me dão uma injeção e me deixam babando. Não! Não! Não pode!

Eu também não posso chegar e falar assim: "A Maria Auxiliadora está louca, vai me roubar a metade da parte dela." Não pode, tem que passar pelo Ministério Público e por uma psiquiatra. Isso é muito importante, estou feliz de ser Deputado no Estado do Paraná!

E o senhor, Deputado Hermas, o senhor que é meu irmão, que admiro, ergue esta cabeça. Erga!

Todo este Parlamento é sério, este é o Parlamento mais produtivo do

Brasil. Orgulho-me de ser Deputado Estadual da família brasileira do Paraná e me orgulho mais ainda, que esta lei é de tal importância, que ela ajuda a mulher que a Deputada Irondi defende e ajuda; também os homens, não só do nosso Parlamento, mas de todo o Brasil.

Estou feliz, estou orgulhoso de ser Deputado ao lado de uma Casa séria, presidida por uma Mesa séria, honesta e tenho certeza, que todos os senhores voltarão para continuar legislando! Não pelo Governo, não pelo Governador, não pelos Secretários, estamos aqui para legislar pela família, pelos filhos e pelos esquecidos do Paraná!

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 012/97.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 417, 522, 584/97 e 010/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 471, 723, 729, 745/97 e 055/98.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 085, 124, 396/97 e 005/98.

Levanta-se a sessão.

Portaria N.º 35/98

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E :

colocar a disposição da COHAPAR, na cidade de Ponta Grossa, o servidor desta Assembléia Legislativa, RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 36/98

colocar, a disposição da COHAPAR, na cidade de Umuarama, a servidora desta Assembléia Legislativa, DANIELA GARCIA HILGEMBERG, a partir de 01.03.98, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 37/98

colocar à disposição do NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, da cidade de Ponta Grossa, a servidora desta Assembléia Legislativa, CECILIA MARCONDES CARNEIRO, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 38/98

colocar à disposição do NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO da cidade de Ponta Grossa, o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ ERNESTO SOUZA, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 39/98

colocar à disposição do NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, da cidade de Ponta Grossa, o servidor RICARDO LUIZ VIEIRA, deste Poder Legislativo, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 40/98

colocar à disposição do NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, da cidade de Ponta Grossa, o servidor desta Assembléia Legislativa, CARLOS EDUARDO COLETO, com ônus para o órgão de origem.

Portaria N.º 41/98

colocar à disposição do NÚCLEO REGIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, da cidade de Ponta Grossa, o servidor desta Assembléia Legislativa, LUIZ MARCOS CORREIA, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1998.

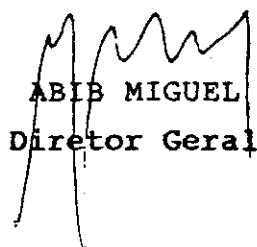
Portaria N.º 42/98

colocar à disposição da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, a servidora desta Assembléia Legislativa, ELIANE MARIA DE OLIVEIRA VARGAS, com ônus para o órgão de origem, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 1998.

Portaria N.º 043/98

colocar à disposição da COHAPAR - Ponta Grossa, a servidora desta As
semblêia Legislativa, GYZELIE CHRISTINA BELILA, com ônus para o ór
gão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1998.


ABIB MIGUEL
Diretor Geral

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/98

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ, no uso de suas atribuições

R e s o l v e :

I - exonerar, a pedido, **RENATO SPERLING JÚNIOR**, do cargo em Co
missão, símbolo 2GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a
partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **RENATO SPERLING JÚNIOR**, para exercer o cargo em Co
missão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a
partir de 1º de março de 1998;

III - prover, **CARLOS RODOLFO GARABELI SOUZA**, para exercer o car
go em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Fi
lho, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/98

I - exonerar, a pedido, **DANYELLE RAYER WEIGERT**, do cargo em Co
missão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de
março de 1998;

II - prover, **LUIZ ALBERTO MARTINS BARROS DE SANT'ANNA**, para exer
cero cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a
partir de 1º de março de 1998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em
Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%)
sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de
novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, **PATRICIA RONCALI BISCAIA FOGAÇA**, do car

go em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretária deste Poder, a partir de 1º de março de 1998;

IV - prover, **VERA LÚCIA RODRIGUES DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretária deste Poder, a partir de 1º de março de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/98

I - exonerar, a pedido, **MARCUS VINÍCIUS THOMÉ NORA GUIMARÃES**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **BLANCA COSTA SECCO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de março de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/98

I - exonerar, a pedido, **ANDRÉA DITHON FARAGO**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **FERNANDA GUIMARÃES DOS SANTOS**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, **LEDIANE DA SILVA REIS**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998;

IV - prover, **ANDRESSA APARECIDA MÜLLER**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em

Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - exonerar, a pedido, **MICHELE RIBEIRO**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998;

VI - prover, **GISLAINE CÂNDIDO PEREIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998;

VII - exonerar, a pedido, **CELSO ANTÔNIO BARSZCZ**, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998;

VIII - prover, **CELSO ANTÔNIO BARSZCZ**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998;

IX - prover, **MARIA HELENA ABDANUR MENDES ALMEIDA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/98

prover, **ROBERTA CRISTINA DA SILVA CARPINE**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Administração deste Poder, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/98

I - exonerar, a pedido, **JONATAS FELISBERTO DA SILVA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **ANTÔNIO CANAN**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/98

I - exonerar, a pedido, ROSELENE SONDA BONIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, HENRIQUE MARCELLO SANTOS PAIXÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 067/98

I - exonerar, a pedido, EDUARDO ARJONA SIMÕES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1998;

II - exonerar, a pedido, SEBASTIÃO RAMOS MIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1998;

III - prover, EDUARDO ARJONA SIMÕES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/98

Art. 1º - Conceder aos funcionários Efetivos, Inativos e Cargos em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o percentual de dez por cento (10%) de reajuste, a partir de 1º de março de 1998;

Art. 2º - Conceder aos servidores Regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Regime Jurídico Único e pensionistas o percentual de dez por cento (10%) de reajuste, a partir de 1º de março de 1998;

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1998, revogadas as disposições em contrário.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/98

prover, ADEMAR JOSÉ VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/98

prover, JOSÉ GERALDO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, da Administração deste Poder, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/98

prover, DILON WALDRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/98

I - exonerar, a pedido, RENATO NELSON MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, HELENA QUERUBINA BEZERRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/98

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto a Comissão de Revisão Constitucional do Estado do Paraná, a partir de 1º de março de 1998, conforme especifica:

1GP-5: INÊS POMPEU VALLIM

1GP-3: SÉRGIO LUIZ KLEINHANS

1GP-1: ALESSANDRO BERNARDES

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 04 de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/98

prover, ALLE SALLE JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 077/98

I - exonerar, a pedido, JOSÉ APARECIDO DO CARMO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, JUSSARA DO RÓCIO LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/98

I - exonerar, a pedido, JOÃO BATISTA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **LUCINÉIA CÁTIA DA SILVA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de março de 1998;

III - exonerar, a pedido, **ESTELA MARIS FREITAS**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de março de 1998;

IV - prover, **JORGE LUIZ DA ROCHA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de março de 1998.

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 09 de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/98

I - exonerar, a pedido, **MOACYR DE MORAES**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **JOÃO CARLOS GIMENES**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de março de 1998.

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 10 de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/98

I - exonerar, a pedido, **JOSÉ GERALDO DA SILVA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **LUCIMAR RICARDO DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/98

I - exonerar, a pedido, **JOSINO DE MELO**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **ANA CLÁUDIA DA SILVA LEME**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/98

I - exonerar, a pedido, **ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de março de 1998;

II - exonerar, a pedido, **CINÉSIO DE ARAÚJO BARBOSA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de março de 1998;

III - prover, **ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de março de 1998;

IV - exonerar, a pedido, **FAUSTINO PEREIRA FILHO**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de março de 1998;

V - prover, **FAUSTINO PEREIRA FILHO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/98

prover, **EDSON LUIZ DE LIMA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 084/98

I - exonerar, a pedido, **DANIELLE NEUSARA MACHADO**, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Júlio Ando, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, **DANIELLE NEUSARA MACHADO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Júlio Ando, a partir de 1º de março de 1998;

III - prover, **CLÁUDIA HIROMI KATO**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Júlio Ando, a partir de 1º de março de 1998.

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 11 de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 085/98

I - exonerar, a pedido, DANIEL SUTIL DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1998;

II - prover, MARIA HELENA SEILER BETTEGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 086/98

I - exonerar, a pedido, ROSELY APARECIDA FLAUZINO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 1998;

II - exonerar, a pedido, OSVALDO DE GÓES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 1998;


III - prover, OSVALDO DE GÓES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 1998;

IV - exonerar, a pedido, SUELY DE FÁTIMA AQUINO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 1998;

V - prover, SUELY DE FÁTIMA AQUINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 1998;

VI - prover, ESPEDITO FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 1998.

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 12 de março de 1998.



ANÍBAL KHURY - Presidente



LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário



NELSON GARCIA - 2º Secretário